

HABEAS CORPUS Nº 500.144 - MG (2019/0081743-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : FABIO GAMA LEITE E OUTRO
ADVOGADOS : FÁBIO GAMA LEITE - MG085224
JHONATAN ARMANDO LOPES - MG166632
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LUIS PAULO REIS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUIS PAULO REIS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.19.008597-7/000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante delito, em 15/12/2018, pela prática, em tese, dos crimes dispostos nos arts. 33 e 35 da Lei n.º 11.343/2006, após ter sido surpreendido, junto com outros corréus, com 6 (seis) comprimidos com 1,5 g (um grama e cinco decigramas) de *Ecstasy*, 1 (um) invólucro com 1,1 g (um grama e um decigramas) de cocaína; 35 invólucros com 95 g (noventa e cinco gramas) de maconha, 66 (sessenta e seis) invólucros com 16 g (dezesseis gramas) de cocaína, 2 (dois) invólucros com 99 g (noventa e nove gramas) cocaína, 123 invólucros com 150 g (cento e cinquenta gramas) de cocaína; 1 (um) invólucro com 492 g (quatrocentos noventa e dois gramas) de cocaína, além de balanças de precisão e celulares. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva no mesmo dia (fls. 107-110).

Inconformada com a segregação cautelar do Paciente, a Defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, cuja ordem foi denegada, nos termos da seguinte ementa (fl. 133):

"HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS –
CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO EM
SEGREGAÇÃO PREVENTIVA – DECISÃO A QUO
FUNDAMENTADA – PRESENÇA DOS REQUISITOS
AUTORIZADORES DA MEDIDA EXCEPCIONAL PREVISTOS NOS
ARTS. 312 E 313, INCISOS I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL –
PROVA DA EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DE
AUTORIA – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – PENA MÁXIMA
COMINADA SUPERIOR A QUATRO ANOS – APREENSÃO DE
IMENSA QUANTIDADE DE ENTORPECENTES – PACIENTE

CONTUMAZ NA PRÁTICA DELITIVA – CONDIÇÕES PESSOAIS DO PACIENTE – IRRELEVÂNCIA.

- Não há que se falar em constrangimento ilegal se a decisão que converteu a prisão em flagrante delito do paciente em segregação preventiva, bem como a decisão que indeferiu o pleito defensivo de concessão da liberdade provisória em desfavor do paciente, se encontram devidamente fundamentadas.

- Presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, é possível a manutenção da prisão cautelar quando se tratar de crime punido com pena máxima superior a quatro anos de reclusão, bem quando o agente tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, conforme ocorre no caso em análise (art. 313, I, do Código de Processo Penal).

- As condições favoráveis do paciente não são suficientes para lhe garantir a liberdade provisória, mormente quando presentes outras circunstâncias autorizadoras da cautela."

Nas razões do writ, sustentam os Impetrantes que o decreto prisional foi baseado em alegações genéricas acerca da gravidade do crime, sem demonstrar a necessidade concreta da medida (fl. 7).

Alegam que a quantidade de droga apreendida não foi significativa e que processos criminais em andamento não podem ser considerados como maus antecedentes (fls. 8-9).

Aduzem, ainda, não estarem presentes os requisitos dispostos no art. 312 do Código de Processo Penal para a decretação da prisão cautelar, destacando que o Paciente é primário, possui residência fixa e ocupação lícita (fl. 13).

Salientam a possibilidade da substituição da constrição provisória pelas medidas cautelares diversas da prisão (fl. 20).

Pleiteiam, ao final, liminarmente, a revogação da prisão preventiva (fl. 22).

É o breve relatório. Decido o pedido urgente.

Não estão presentes os pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

A decretação ou a manutenção da prisão preventiva depende da

configuração objetiva de um ou mais dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. Para isso, o Julgador deve consignar, expressamente, elementos reais e concretos indicadores de que o indiciado ou acusado, solto, colocará em risco a ordem pública ou econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

Na hipótese em apreço, o decreto preventivo consignou o que se segue (fl. 108):

"Analisando detidamente os autos, vislumbro a existência de fortes indícios de que as drogas encontradas na ação policial se destinavam ao comércio, haja vista a expressiva quantidade e diversidade de substância entorpecente (maconha, crack, cocaína (barra e endolados), ecstasy), além de balanças e celulares, amoldando suas condutas aos preceitos primários do art. 33 e art. 35 Lei 11.343/06, cujas penas máximas em abstrato ultrapassa 08 anos de reclusão.

[...]

Diante do quadro probatório, sobretudo a grande quantidade de drogas apreendida aliada aos demais apetrechos encontrados, comumente utilizados para a mercancia espúria, entrevejo, nesse juízo prévio, que o indiciado está envolvido no comércio de drogas, fazendo do tráfico um meio de sobrevivência, sendo, com isso, necessário o encarceramento cautelar como garantida ordem pública."

Como se percebe, o Magistrado de primeiro grau pautou a decisão na apreensão de razoável quantidade e variedade de drogas – 6 (seis) comprimidos com 1,5 g (um grama e cinco decigramas) de *Ecstasy*, 1 (um) invólucro com 1,1 g (um grama e um decigramas) de cocaína; 35 invólucros com 95 g (noventa e cinco gramas) de maconha, 66 (sessenta e seis) invólucros com 16 g (dezesesseis gramas) de cocaína, 2 (dois) invólucros com 99 g (noventa e nove gramas) cocaína, 123 invólucros com 150 g (cento e cinquenta gramas) de cocaína; 1 (um) invólucro com 492 g (quatrocentos noventa e dois gramas) de cocaína – fundamento que não se forma, em um juízo de cognição sumário, desarrazoado ou ilegal para a decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública.

A propósito:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. FUMUS COMISSI DELICTI. PERICULUM LIBERTATIS. QUANTIDADE E VARIEDADE DE DROGAS APREENDIDAS. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. ORDEM DENEGADA.

1. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz

públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos do art. 282, I e II, c/c o art. 312, ambos do Código de Processo Penal.

2. As instâncias ordinárias indicaram elementos que evidenciam a periculosidade do acusado, consubstanciados na quantidade e na variedade de drogas apreendidas em seu poder - conforme destacado no decreto preventivo, 46,32 g de maconha, 115,24 g de crack e mais 14 pedras de crack, 'incompatível [...] com a figura de usuário', além da 'quantia de R\$ 1.400,00 em dinheiro de proveniência injustificada'. Tal fundamento justifica a necessidade de manutenção da prisão preventiva para a garantia da ordem pública.

3. Em razão da gravidade do crime e das indicadas circunstâncias do fato, as medidas cautelares alternativas à prisão não se mostram adequadas e suficientes para evitar a prática de novas infrações penais.

4. Ordem denegada." (HC 470.405/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe de 04/02/2019; sem grifos no original.)

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. VARIEDADE, NATUREZA DELETÉRIA E QUANTIDADE DAS DROGAS APREENDIDAS. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

3. A prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada pelas instâncias ordinárias, com base em elementos

extraídos dos autos, a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do paciente, evidenciadas pela variedade, quantidade e natureza deletéria das drogas apreendidas - 66 invólucros plásticos, contendo 115,86g de maconha, 151 invólucros plásticos de cocaína, pesando 93,43g e 20 pedras de crack com peso de 7,36g -, circunstâncias que, somadas à apreensão de certa quantia em dinheiro, demonstram risco ao meio social, recomendando a sua custódia cautelar especialmente para garantia da ordem pública.

4. *É entendimento do Superior Tribunal de Justiça que as condições favoráveis do paciente, por si só, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.*

5. *Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.*

6. *Habeas corpus não conhecido.*" (HC 479.449/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe de 04/02/2019; sem grifos no original.)

É certo, ainda, que a existência de condições pessoais favoráveis - tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa - não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela. Sobre a questão: RHC 94.056/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 26/03/2018 e HC 454.865/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 14/08/2018.

Por fim, registre-se que, nos termos da jurisprudência desta Corte, "[e]stando presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal, **incabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão**" (RHC 98.965/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 29/08/2018.)

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se as informações do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nas quais deverão constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

No mais, verifico que os Impetrantes requerem a intimação da data de julgamento do presente *habeas corpus* com o fim de proferirem sustentação oral. Para conhecimento do causídico, notifico que a data de julgamento será informada no site do

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Superior Tribunal de Justiça com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora

